

**TURVO ENERGIA S.A.**  
**C.N.P.J./M.F. 10.890.065/0001-03**

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE - (em milhares de reais)**

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.492</b>	<b>4.652</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>11.782</b>	<b>11.063</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	1.367	4.627	Fornecedores		35	41
Impostos a Recuperar		37	4	Empréstimos e Financiamentos	7	6.233	6.233
Outros Créditos		88	21	Obrigações Fiscais		289	318
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>59.668</b>	<b>61.428</b>	Obrigações com Acionistas	8	5.225	4.471
Imobilizado	5	59.648	61.416	<b>NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>5.195</b>	<b>11.428</b>
Intangível	6	20	12	Empréstimos e Financiamentos	7	5.195	11.428
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>61.160</b>	<b>66.080</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	9	<b>44.183</b>	<b>43.589</b>
				Capital Social		20.176	20.176
				Reservas de Lucros		24.007	23.413
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>61.160</b>	<b>66.080</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADO - (Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Retenção Lucros	Reserva Legal	Reservas de Lucros Lucros à Disposição da Assembleia	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	20.176	13.187	4.035	10.132	-	47.530
Dividendos Complementares	-	-	-	(10.132)	-	(10.132)
Lucro do Exercício	-	-	-	-	8.255	8.255
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(2.064)	(2.064)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	-	6.191	(6.191)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	20.176	13.187	4.035	6.191	-	43.589
Dividendos Complementares	-	-	-	(6.191)	-	(6.191)
Lucro do Exercício	-	-	-	-	9.048	9.048
Dividendos Propostos	-	-	-	-	(2.263)	(2.263)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	-	6.785	(6.785)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	20.176	13.187	4.035	6.785	-	44.183

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)**

**NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS** A Turvo Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 10.890.065/0001-03, e NIRE - Número de Identificação do Registro de Empresas sob nº 4130007768-1. Está sediada na Rua Piquiri, nº 829, sala 02, Curitiba, Paraná. Com a Resolução Autorizativa Nº 536, de 14 de outubro de 2003, a ANEEL autoriza o aproveitamento de potencial hidráulico denominado PCH Marco Baldo, e em 17 de agosto de 2010 com a Resolução Autorizativa nº 2.522, a ANEEL transfere para a Turvo Energia S.A. o direito de implantação, bem como do respectivo Sistema de Transmissão associado da PCH - Pequena Central Hidrelétrica Marco Baldo, entrada em operação comercial em 20 de maio de 2011 - despacho 2123 de 19 de maio de 2011 e exploração do negócio de energia elétrica, conforme discriminado abaixo:

USINA	RIO	Capacidade Instalada (MW)	Data da Autorização	Data de Vencimento
PCH - Marco Baldo	Turvo	15,58	14/10/2003	14/10/2033

Após o prazo da autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados. No dia 28 de março de 2022 foi concedida pela administração da empresa a autorização para a emissão das demonstrações contábeis. **NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"). **NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** 3.1 **Auração de Resultado** A receita de venda de energia é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a empresa, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas. O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. 3.2 **Classificação de Itens Circulantes e Não-Circulantes** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. 3.3 **Compensações Entre Contas** Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação. 3.4 **Caixa e Equivalentes de Caixa** Incluem numerários em poder da empresa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações contábeis de curto prazo e de alta liquidez. 3.5 **Ativos Financeiros** A Companhia classifica seus ativos financeiros como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. a) **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. b) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. c) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos finan-

ceiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação-data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subseqüentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment). A Turvo Energia S.A. não opera com instrumentos derivativos. 3.6 **Contas a Receber** As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais e/ou contratuais ajustadas ao valor provável de recuperação quando este for inferior. Não houve ajuste a valor presente em função dos valores a receber serem a curto prazo, e o efeito considerado como irrelevante. 3.7 **Imobilizado** O ativo imobilizado está apresentado contabilmente pelo custo de aquisição deduzido da depreciação/reintegração, que é calculada de acordo com as taxas definidas pela ANEEL. 3.7.1 **Valor Recuperável de Ativos** A realização de testes de recuperabilidade dos ativos ocorre nos termos da NBC TG 01 (R4), que aprovou o CPC 01, sempre que houver indícios internos ou externos de que estes possam estar desvalorizados. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por "impairment" anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por "impairment" é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Estes testes foram realizados de acordo com a metodologia de análise pelo valor de uso, com base na geração futura de caixa. O decreto nº 7.891, publicado em 23 de janeiro de 2013, que regulamenta a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, dispõe sobre redução dos encargos setoriais, a modalidade tarifária e as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; assim como a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com outras providências sobre o setor de energia elétrica, não se aplicaram a Turvo Energia S.A., devido à existência de contratos firmados com os seus clientes. 3.7.2 **Custo Atribuído** Para fins de avaliação do imobilizado a geradora optou pela não aplicação do custo atribuído, considerando: (i) o método de custo, deduzindo de provisão para perdas; e (ii) o ativo imobilizado da geradora segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais, conforme resolução ANEEL 367/09 e alterações da Resolução 474/12 de 07 de fevereiro de 2012, consoante ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. 3.7.3 **Depreciação/Reintegração** A depreciação/reintegração é calculada pelo método linear de acordo com as taxas constantes nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL nº 02 de 24/12/1997 e de nº 44 de 17/03/1999, alteradas pela Resolução 367/2009 e alterações 474/12. 3.8 **Intangível** O ativo intangível está apresentado contabilmente pelo custo de aquisição deduzido da amortização, que é calculada de acordo com as taxas definidas pela ANEEL. 3.9 **Passivo Circulante e Não Circulante** Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, em base "pro-rata" da. 3.10 **Empréstimos e Financiamentos** As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos. 3.11 **Regime de Tributação** A empresa vem optando pela forma de tributação baseada no lucro presumido. 3.12 **Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações contábeis são: (a) Vida Útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (b) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e, (c) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. 3.13 **Dividendos** A destinação para distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da companhia ao final do exercício, a qual será levada para aprovação pelos acionistas

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em milhares de Reais)**

	Nota	2021	2020
<b>Receita Operacional Líquida</b>	10	<b>22.801</b>	<b>16.277</b>
(-) Custos dos Serviços Prestados		(12.192)	(5.578)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>10.609</b>	<b>10.699</b>
<b>Recargas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(123)</b>	<b>(109)</b>
Gerais e Administrativas		(123)	(109)
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>10.486</b>	<b>10.590</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	11	<b>(654)</b>	<b>(1.778)</b>
Receitas Financeiras		232	145
Despesas Financeiras		(886)	(1.923)
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>9.832</b>	<b>8.812</b>
Imposto de Renda		(507)	(359)
Contribuição Social		(277)	(198)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>9.048</b>	<b>8.255</b>
<b>Lucro por Ação:</b>		<b>0,45</b>	<b>0,41</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

em Assembleia Geral. 3.14 **Mensuração do Valor Justo** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. No mercado principal para o ativo ou passivo; e - Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuem em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicadas. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2021	2020
Bancos Conta Movimento	254	1.989
Aplicações Financeiras (f)	1.113	2.638
<b>Total</b>	<b>1.367</b>	<b>4.627</b>

**(f) Aplicações Financeiras**

Banco	Tipo	Liquidez	2021	2020
Banco Bradesco Tri Anon	Renda Fixa	Imediata	10	1.532
Banco Itaú S.A.	Renda Fixa	Imediata	1.103	1.106
<b>Total</b>			<b>1.113</b>	<b>2.638</b>

**NOTA 05 - IMOBILIZADO**

	Terrenos	Edif. e Instal.	Máquinas e Equip.	Móveis e Utensílios	Barragem	Total
	2,50%	2,50%	a 2,50%	a 16,6%	2%	
	a 4%	a 7,09%				
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	3.306	20.179	24.908	43	31.057	79.493

**NOTA 07 - FINANCIAMENTOS**

Em 31 de Dezembro de 2020	Bco	Modalidade	Juros	Garantia	Curto Prazo	Longo Prazo	Vencimento				
							Em até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos
Itaú	Capital de Giro	100% CDI + 2,35% a.a.	Aval. CEPAR		6.233	11.428	3.116	3.117	6.233	5.195	-
<b>Total</b>					<b>6.233</b>	<b>11.428</b>	<b>3.116</b>	<b>3.117</b>	<b>6.233</b>	<b>5.195</b>	<b>-</b>

**Em 31 de Dezembro de 2021**

Em 31 de Dezembro de 2021	Bco	Modalidade	Juros	Garantia	Curto Prazo	Longo Prazo	Vencimento			
							Em até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos
Itaú	Capital de Giro	100% CDI + 2,35% a.a.	Aval. CEPAR		6.233	5.195	3.116	3.117	5.195	-
<b>Total</b>					<b>6.233</b>	<b>5.195</b>	<b>3.116</b>	<b>3.117</b>	<b>5.195</b>	<b>-</b>

**NOTA 08 - OBRIGAÇÕES COM ACIONISTAS** O montante de R\$ 5.525 (R\$ 4.471 em 2020) existente nesta conta, refere-se a dividendos complementares de 2020 e dividendos propostos sobre o Lucro Líquido do exercício de 2021 de R\$ 2.263, aguardando aprovação da Assembleia Geral Ordinária. **NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO** a) **Capital Social** O Capital Social integralizado é formado de 20.176.000 (vinte milhões, cento e setenta e seis mil) ações ordinárias, sem valor nominal, o qual em 31/12/2021 representa o montante de R\$ 20.176 (vinte milhões, cento e setenta e seis mil reais). b) **Proposta de Distribuição de Lucros**

	2021	2020
<b>Proposta de Distribuição de Resultados</b>		
Resultado do Exercício	9.048	8.255
Constituição de Reserva Legal - 5% (a)	-	-
Saldo	9.048	8.255
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	(2.263)	(2.064)
<b>Saldo de Resultado à Disposição da Assembleia</b>	<b>6.785</b>	<b>6.191</b>

(a) A constituição da Reserva Legal já atingiu os 20% do montante do Capital Social.

**NOTA 10 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2021	2020
Geração de Energia Elétrica	23.665	16.893
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>23.665</b>	<b>16.893</b>
PIS	(151)	(110)
COFINS	(710)	(506)
(-) Deduções da Receita Bruta	(864)	(616)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>22.801</b>	<b>16.277</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE - MÉTODO INDIRETO (Em milhares de Reais)**

DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	9.048	8.255
Ajustado por:		
Depreciação	1.887	1.866
<b>Lucro Líquido do Exercício Ajustado</b>	<b>10.935</b>	<b>10.121</b>
Impostos a Recuperar	(33)	32
Despesas Antecipadas	(67)	279
Outros Créditos	(100)	(21)
<b>(Aumento) ou Diminuição do Ativo</b>	<b>(100)</b>	<b>290</b>
Fornecedores	(6)	26
Obrigações Sociais e Fiscais	(29)	62
Dividendos Pagos/Provisionados	754	(2.502)
<b>Aumento ou (Diminuição) do Passivo</b>	<b>719</b>	<b>(2.414)</b>
<b>Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais</b>	<b>11.554</b>	<b>7.997</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Dep. Acum. e Impairment	(3.859)	(7.053)	(24)	(5.335)	(16.271)
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>3.306</b>	<b>16.320</b>	<b>17.855</b>	<b>19</b>	<b>25.722</b>

Adições	60	-	-	60	
Depreciação	(448)	(795)	(2)	(621)	
<b>Saldo Final</b>	<b>3.306</b>	<b>15.872</b>	<b>17.120</b>	<b>17</b>	<b>25.101</b>

Em 31 de dezembro de 2020	Custo	20.179	24.968	43	31.057	79.553
Dep. Acum. e Impairment	(4.307)	(7.848)	(26)	(5.956)	(18.137)	-
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>3.306</b>	<b>15.872</b>	<b>17.120</b>	<b>17</b>	<b>25.101</b>	<b>61.416</b>

Adições	2	109	8	-	119
Depreciação	(449)	(815)	(2)	(621)	(1.887)
<b>Saldo Final</b>	<b>3.306</b>	<b>15.425</b>	<b>16.414</b>	<b>23</b>	<b>24.800</b>

Em 31 de dezembro de 2021	Custo	20.181	25.077	51	31.057	79.672
Dep. Acum. e Impairment	(4.750)	(8.663)	(28)	(6.577)	(20.024)	-
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>3.306</b>	<b>15.42</b>				

# GUAIÁRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ.: 28.056.960/0001-92

## BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE - (em milhares de reais)

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>		<b>574</b>	<b>314</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>6.490</b>	<b>1.981</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	268	256	Fornecedores	10	3.582	1.050
Clientes	5	67	-	Obrigações Sociais	11	35	72
Imposto a Recuperar	6	93	-	Obrigações Fiscais	12	181	356
Outros Créditos	7	14	58	Obrigações com Acionistas	13	2.566	401
Despesas Antecipadas	-	132	-	Outras Obrigações	14	106	112
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>132.117</b>	<b>82.670</b>	<b>NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>2.602</b>	<b>1.004</b>
Ativo Financeiro	8	131.909	82.542	Obrigações Fiscais Diferidas	15	2.602	1.004
Imobilizado	-	4	4	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	16	<b>123.599</b>	<b>78.989</b>
Intangível	9	204	124	Capital Social	-	85.000	85.000
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>132.691</b>	<b>82.984</b>	(+) Capital Social a Integralizar	-	-	(10.440)
				Adiant. Futuro Aumento de Capital Social	-	28.289	3.758
				Reserva de Lucros	-	10.310	1.671
				<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>132.691</b>	<b>82.984</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADO - (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiant. Fut. Aum. de Capital Social	Capital Social a Integralizar	Reservas de Lucros		Lucros / Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido Total
				Retenção de Lucros	Reserva Legal		
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>20.000</b>	<b>9.586</b>	<b>-</b>	<b>288</b>	<b>19</b>	<b>29.893</b>	<b>29.893</b>
Aumento de Capital Social	65.000	(5.828)	(10.440)	-	-	-	48.732
Estorno de Dividendos Obrigatórios - AGO	-	-	-	76	-	-	76
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	1.689	1.689
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	-	84	(84)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(401)	(401)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	-	1.204	-	(1.204)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>85.000</b>	<b>3.758</b>	<b>(10.440)</b>	<b>1.588</b>	<b>103</b>	<b>79.989</b>	<b>79.989</b>
Integralização de Capital Social	-	24.531	(10.440)	-	-	33.371	33.371
Estorno de Dividendos Obrigatórios - AGO	-	-	-	401	-	-	401
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	10.804	10.804
Constituição da Reserva Legal	-	-	-	-	540	(540)	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(2.566)	(2.566)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	-	7.698	-	(7.698)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>85.000</b>	<b>28.289</b>	<b>-</b>	<b>9.667</b>	<b>643</b>	<b>-</b>	<b>123.599</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL.** A Guaiara Transmissora de Energia S.A. iniciou suas atividades em 19 de junho de 2017. É uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 28.056.960/0001-92, e Número de Identificação do Registro de Empresas - NIRE sob nº 41300297401, com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negro, nº 2226, Sala 2, bairro Rebouças, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 23/2017, Lote 2 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 168, de 28 de agosto de 2017, seção 3, página 110, pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 2 do Edital do Leilão nº 05/2016 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão". A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente das instalações constituídas por: LT 230 kV Guaiara - Umuarama 108 km; e SE 230/138 kV Londrina Sul, 3 x 50 MVA. As Instalações de Transmissão estão localizadas no estado do Paraná, compostas pela Linha de Transmissão Guaiara - Umuarama, segundo circuito, em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 108 km, com origem na Subestação Guaiara e término na Subestação Umuarama Sul, pela SE Londrina Sul, unidades de transformação 230/138 kV, 3 x 50 MVA com unidade reserve; módulos gerais, conexões de unidades de transformação, conexões de capacitores, estrada de linha, interligações de barramento, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Guaiara ainda tem por responsabilização: I - A implementação do remanejamento dos reatores 13,8kV na SE Guaiara, pela distância aproximada de 4,5km, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações; II - A implementação de trechos de Linha de Transmissão em 230kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 4,5km, compreendido entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 230 kV LT Londrina (ESUL) - Apucarana C1, e Subestação Londrina Sul, as Entradas de Linha Subestantes na Subestação Londrina Sul, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas Entradas de Linha das subestações Londrina (ESUL) e Apucarana. As linhas de transmissão Guaiara x Umuarama entram em operação comercial em 31 de janeiro de 2021, já a subestação Londrina entrou em operação comercial em 15 de dezembro de 2021. Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados. Estas demonstrações contábeis são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a companhia atua, e representam a posição patrimonial e financeira da companhia, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021. No dia 28 de março de 2022 foi convocada pela administração da companhia a autorização para emissão das demonstrações contábeis. **NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com o alinhamento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Normas Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.** 3.1 Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculadas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificadas como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificadas como itens não circulantes. 3.2 Contas e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço. 3.4 Ativo Financeiro A Guaiara é titular de uma "concessão" e a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos 3.4.1 Ativo Financeiro - Indenizável A remuneração da Companhia é garantida como um recebível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão e orientação técnica OCPC 05. O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizados pela Companhia. A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando a base de cálculo da tarifa de prestação de serviço de concessão, o que ocorrer primeiro. Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba as contas a receber por transmissão de energia faturada, acrescida das avaliações monetárias, quando contratadas. 3.4.2 Ativo financeiro - Não indenizável Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não serão indenizados pelo poder concedente. Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e

privilegios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão transferidos à Concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. 3.4.3 Contabilização de contrato de concessão Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPC 10, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão. 3.4.4 Momento de reconhecimento do ativo financeiro A Administração da Sociedade reconhece os ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, e as amortizações se iniciam a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entrarem em operação. 3.4.5 Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos financeiros decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão, após o início das operações. 3.5 Receita de aplicação financeira A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata diem com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros. 3.6 Ajuste de resultado O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. 3.7 Forma de tributação O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos. 3.8 Provisões Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. 3.9 AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital Os aportes de capital foram efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC. 3.10 Imobilizado O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela ANEEL. 3.11 Intangível Intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidos da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela ANEEL. 3.12 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações contábeis são: (a) Provisão para perdas de liquidação duvidosa (PLD); (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e, (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. 3.13 Mensuração do Valor Justo A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. - No mercado principal para o ativo ou passivo; e, - Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima exposto. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2021	2020
Caixa	20	8
Bancos Conta Movimento	134	-
Aplicações Financeiras (I)	114	248
<b>Total</b>	<b>268</b>	<b>256</b>

(I) Aplicações Financeiras

Banco	Tipo	Liquidez	2021	2020
Banco Santander	Renda Fixa	Imediata	114	248
		Total	114	248

	2021	2020
Clientes	67	-
Total	67	-
A vencer em até 30 dias	67	-
Total	67	-

Valores a receber são em R\$ (Reais).

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Diretores e Acionistas da **GUAIÁRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.** Curitiba - PR  
**Opinião**  
Examinamos as demonstrações contábeis da GUAIÁRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GUAIÁRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e

cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 apresentadas comparativamente, foram anteriormente por nós auditadas conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 19 de fevereiro de 2021, sem ressalvas. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receita Operacional Líquida</b>	17	<b>55.554</b>	<b>49.431</b>
(-) Custos Ativo Financeiro	(45.601)	(49.510)	-
(-) Custos Operacionais	(2.420)	-	-
<b>Lucro Bruto</b>		<b>7.533</b>	<b>(79)</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(104)</b>	<b>-</b>
Gerais e Administrativas	(104)	-	-
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>7.429</b>	<b>(79)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	18	<b>5.336</b>	<b>2.606</b>
Receitas Financeiras	5.761	2.625	-
Despesas Financeiras	(425)	(19)	-
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>12.765</b>	<b>2.527</b>
Contribuição Social - Corrente	(132)	-	-
Imposto de Renda - Corrente	(231)	-	-
Contribuição Social - Diferido	15	(547)	(228)
Imposto de Renda - Diferido	15	(1.051)	(610)
<b>Lucros Antes das Participações</b>		<b>10.804</b>	<b>1.689</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<b>10.804</b>	<b>1.689</b>
<b>Lucro por Ação:</b>		<b>0,127</b>	<b>0,020</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021	2020
IRRF Retido	41	-
CSLL Retida	11	-
Pis Retido	7	-
Collins Retida	34	-
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>-</b>

## NOTA 07 - OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Materiais Sobressalentes	13	-
Adiantamentos a Fornecedores	1	58
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>58</b>

## NOTA 08 - ATIVO FINANCEIRO

	2021	2020
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>29.804</b>	<b>-</b>
Ajuste ao Valor Presente	682	-
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>30.486</b>	<b>-</b>
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>30.486</b>	<b>-</b>
Em 31 de dezembro de 2020	79.235	-
Ajuste ao Valor Presente	3.307	-
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>82.542</b>	<b>-</b>
(+) Adição	45.042	-
(-) Amortização	(1.294)	-
(+) Ajuste ao Valor Presente	5.619	-
<b>Saldo Final</b>	<b>132.474</b>	<b>-</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>122.983</b>	<b>-</b>
Ajuste ao Valor Presente	8.526	-
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>131.909</b>	<b>-</b>

A operação da Companhia se enquadra nas hipóteses previstas do ICPC-01 R/IFRIC12, pois a GUAIÁRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A. é titular de uma "concessão" e a infraestrutura dentro do alcance desta interpretação não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. O concessionário tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome da concedente, nas condições previstas no contrato.

## NOTA 09 - INTANGÍVEL

	Software	Intangível em Andamento (a)	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>20%</b>	<b>0%</b>	<b>-</b>
Custo	-	-	-
Amortização Acumulada	-	-	-
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(+) Adição	3	121	124
<b>Saldo Final</b>	<b>3</b>	<b>121</b>	<b>124</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>3</b>	<b>121</b>	<b>124</b>
Custo	3	121	124
Amortização Acumulada	-	-	-
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>3</b>	<b>121</b>	<b>124</b>
(+) Adição	80	-	80
<b>Saldo Final</b>	<b>83</b>	<b>121</b>	<b>204</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>83</b>	<b>121</b>	<b>204</b>
Custo	83	121	204
Amortização Acumulada	-	-	-
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>83</b>	<b>121</b>	<b>204</b>

(a) Refere-se a um software que está em desenvolvimento para a entrega de obrigações a ANEEL.

## NOTA 10 - FORNECEDORES

	2021	2020
Fornecedores	3.582	1.050
<b>Total</b>	<b>3.582</b>	<b>1.050</b>
A vencer em até 30 dias	3.582	1.050
<b>Total</b>	<b>3.582</b>	<b>1.050</b>

Valores a pagar são em R\$ (Reais). Compreende as contas a pagar de fornecedores de materiais e serviços, vinculados às atividades da Companhia. **NOTA 11 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

	2021	2020
Salários a Pagar	8	12
INSS a Recolher	4	7
FGTS a Recolher		

# ASSÚ TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

CNPJ.: 29.740.261/0001-20

## BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE - (em milhares de reais)

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>		<b>3.232</b>	<b>2.654</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>3.232</b>	<b>2.654</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.978	2.653	Fornecedores	10	4.734	1.758
Clientes	5	8	-	Obrigações Sociais	12	63	16
Imposto a Recuperar	6	13	-	Obrigações Fiscais	13	51	106
Outros Créditos	7	72	1	Obrigação com Acionistas	14	2.242	491
Despesas Antecipadas		161	-	Outras Obrigações		-	4
<b>NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>149.556</b>	<b>100.580</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>83.535</b>	<b>69.646</b>
Ativo Financeiro	8	149.391	100.478	Empréstimos e Financiamentos	11	80.867	68.594
Imobilizado		1	2	Obrigações Fiscais Diferidas	15	2.668	1.052
Intangível	9	164	100	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>16</b>	<b>64.519</b>	<b>31.830</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>152.788</b>	<b>103.234</b>	Capital Social		19.633	19.633
				Adiant. Futuro Aumento de		35.548	10.548
				Capital Social		9.338	1.649
				Reservas de Lucros		-	-
				<b>TOTAL DO PASSIVO E</b>		<b>152.788</b>	<b>103.234</b>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>152.788</b>	<b>103.234</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADO - (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Adiant. Fut. Aum. de Capital Social	Reservas de Lucros		Retenção de Lucros	Reserva Legal	Lucros à disposição da Assembleia	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total
			Reserva de Lucros	Reserva de Lucros					
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>19.633</b>	<b>-</b>	<b>7.798</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>48</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>27.488</b>
Destinação de Lucros c/m AGO	-	-	-	48	-	(48)	-	-	-
Estorno de Dividendos Obrigatórios - AGO	-	-	-	16	-	-	-	-	16
Adiant. Futuro Aumento de Capital Social	-	2.750	-	-	-	-	-	2.750	2.750
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	2.067	2.067	2.067
Reserva Legal	-	-	-	103	-	-	(103)	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(491)	(491)	(491)
Lucros a Disposição da Assembleia	-	-	-	-	-	1.473	(1.473)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>19.633</b>	<b>10.548</b>	<b>-</b>	<b>70</b>	<b>106</b>	<b>-</b>	<b>1.473</b>	<b>-</b>	<b>31.830</b>
Destinação de Lucros c/m AGO	-	-	-	1473	-	(1473)	-	-	-
Estorno de Dividendos Obrigatórios - AGO	-	-	-	491	-	-	-	-	491
Adiant. Futuro Aumento de Capital Social	-	25.000	-	-	-	-	-	25.000	25.000
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	9.440	9.440	9.440
Reserva Legal	-	-	-	472	-	-	(472)	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	-	(2.242)	(2.242)	(2.242)
Lucros a Disposição da Assembleia	-	-	-	-	-	6.726	(6.726)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>19.633</b>	<b>35.548</b>	<b>-</b>	<b>2.034</b>	<b>578</b>	<b>-</b>	<b>6.726</b>	<b>-</b>	<b>64.519</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais exceto quando indicado de outra forma)

**NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL** A Assú Transmissora de Energia S.A. iniciou suas atividades em 08 de fevereiro de 2018. É uma companhia de capital fechado e está registrada no CNPJ sob nº 29.740.261/0001-20, e Escritura Pública de Constituição da Sociedade Anônima Fechada nº 0884-N, às folhas 212, sob a forma de subsidiária integral de Ceste Participações S.A., com sede e foro para todos os efeitos legais, na Rua João Negro, nº 2226, bairro Prado Velho, CEP 80230-150, na cidade de Curitiba, estado do Paraná. Suas atividades estão sob concessão e reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, através do Contrato de Concessão nº 05/2016, Lote 5 - ANEEL, que regula a concessão do Serviço Público, publicado no Diário Oficial da União, edição 48, de 12 de março de 2018, seção 3, página 104 pelo prazo de 30 (trinta) anos, contado a partir de sua data de celebração, para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão caracterizadas do Lote 5 do Edital do Leilão nº 02/2017 - ANEEL - "Características e requisitos Básicos das Instalações de Transmissão". A Companhia tem por objeto social a implantação, operação comercial e exploração do negócio energia elétrica, mediante concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão da rede básica do sistema interligado nacional, especificamente das instalações constituídas por instalações de transmissão localizadas no estado do Rio Grande do Norte, compostas na subestação Aqu III, pelos pólos 5002/20kV, 3 e 4 unidades de transformação - (6+1 res) x 300 mva; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. São ainda de responsabilidade da Assú Transmissora de Energia S.A. a implementação de: trechos de Linhas de Transmissão em 230 kV, circuitos duplos, compreendidos entre a SE Aqu III e os pontos de sectionamentos de Linha de Transmissão em 230kV Aqu II - Mossoró II, primeiro circuito; Linha de Transmissão em 230kV Aqu II - Mossoró II, segundo circuito; Linha de Transmissão em 230kV Aqu II - Lagoa Nova II, primeiro circuito; as linhas de transmissão correspondentes na Subestação Aqu III, e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas das referidas linhas nas subestações Aqu II, Mossoró II e Lagoa Nova II. A Subestação de Aqu III entrou em operação comercial em 22 de novembro de 2021. Ao final do prazo da concessão, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à transmissão de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da Linha, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados. Estas demonstrações contábeis são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a companhia atua, e representam a posição patrimonial e financeira da companhia, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021. No dia 28 de março de 2022 foi concluída pela administração da companhia a auditoria para emissão das demonstrações contábeis. **NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com o alinhamento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo IFC - Conselho Federal de Contabilidade. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade, conjugadas com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculados ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.2 Compensações Entre Contas** Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a informação. **3.3 Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos temporários de curto prazo de liquidez imediata. Os investimentos temporários de curto prazo estão registrados por seus valores justos na data do balanço. **3.4 Ativo Financeiro** A Assú é titular de uma "concessão" e a infraestrutura não será registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controlar o uso da infraestrutura de serviços públicos. **3.4.1 Ativo Financeiro - Indenizável** A remuneração da Companhia é garantida com um recebível e direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de transmissão de energia elétrica em linha com a interpretação ICPQ 01 Contratos de Concessão e orientação técnica ICPQ 05. O recebível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizadas pela Companhia. A amortização do recebível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização do recebível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando a base de cálculo da tarifa de prestação de serviço de concessão, o que ocorrer primeiro. Estas contas a receber são classificadas entre curto e longo prazo considerando a expectativa de recebimento desses valores, sendo como base a data de encerramento das concessões. Engloba as contas a receber por transmissão de energia elétrica, acessada das avaliações monetárias, quando contratadas. **3.4.2 Ativo financeiro - Não Indenizável** Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que não serão indenizados pelo poder concedente. Os custos do Ativo Financeiro estão relacionados aos custos atribuíveis pelo período contado a partir da data em que o contrato foi firmado com a ANEEL até a data de sua conclusão. Quando extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema de Serviço Público de Transmissão transferidos a

Concessionária, ou por ela implantados no âmbito da concessão. **3.4.3 Contabilização de contrato de concessão** Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ICPQ 10, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação do contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo financeiro e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos financeiros gerados nos contratos de concessão. **3.4.4 Momento de reconhecimento do ativo financeiro** A Administração da Sociedade reconhece os ativos financeiros com base nas características econômicas do Contrato de Concessão, e as amortizações se iniciam a partir do momento em que os respectivos ativos financeiros entrarem em operação. **3.4.5 Determinação de amortização periódica dos ativos financeiros oriundos dos contratos de concessão** A Sociedade reconhece o efeito de amortização dos ativos financeiros decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo da respectiva concessão, após o início das operações. **3.5 Receita de aplicação financeira** A receita de aplicação financeira é reconhecida em base pro rata dia com base no método da taxa de juros efetiva ou, quando aplicável, pelas variações de mercado dos instrumentos financeiros. **3.6 Empréstimos e Financiamentos** As obrigações são atualizadas pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos. **3.7 Ajuste de resultado** O resultado das operações é ajustado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. **3.8 Forma de tributação** O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro corrente, são calculados com base nas leis vigentes na data de preparação das demonstrações contábeis, sendo aplicados para esta Companhia, os critérios relativos às apurações baseadas no Lucro Presumido. O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos na demonstração de resultado, decorrem dos juros dos ativos financeiros que estão registrados pelo valor presente dos direitos e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos. **3.9 Provisões** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **3.10 AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital** Os aportes de capital foram efetuados na modalidade de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC. **3.11 Imobilizado** O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Anel. **3.12 Intangível O** Intangível O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzidos da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Anel. **3.13 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia baseie as estimativas para registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são: (a) Provisão para perdas de liquidação de dívidas (PLD); (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. **3.14 Mensuração do Valor Justo** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pelo pagamento de uma obrigação em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. - No mercado principal para o ativo ou passivo, e - Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As seguintes divulgações do valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2021	2020
Caixa	26	20
Bancos Conta Movimento	105	14
Aplicações Financeiras (I)	2.847	2.619
<b>Total</b>	<b>2.978</b>	<b>2.653</b>

(I) Aplicações Financeiras	Banco	Tipo	Liquidez	2021	2020
Banco Santander	Renda Fixa	Imediata	14	279	
Banco do Nordeste - BNB	Renda Fixa	Garantia	2.833	2.340	
<b>Total</b>				<b>2.847</b>	<b>2.619</b>

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020 apresentadas comparativamente, foram anteriormente por nós auditadas conforme Relatório do Auditor Independente emitido em 19 de fevereiro de 2021, sem ressalvas. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>17</b>	<b>37.251</b>	<b>66.089</b>
(-) Custos do Ativo Financeiro	(37.141)	(66.169)	-
(-) Custos Operacionais	(634)	-	-
<b>Lucro Bruto</b>	<b>(524)</b>	<b>(80)</b>	<b>(80)</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>	<b>(228)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Gerais e Administrativas	(228)	-	-
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>	<b>(752)</b>	<b>(80)</b>	<b>(80)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>18</b>	<b>11.830</b>	<b>3.176</b>
Receitas Financeiras	11.866	3.216	-
Despesas Financeiras	(36)	(40)	-
<b>Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>	<b>11.078</b>	<b>3.096</b>	<b>3.096</b>
Contribuição Social - Diferida	(571)	(278)	-
Imposto de Renda - Diferido	(1.045)	(751)	-
Contribuição Social - Corrente	(7)	-	-
Imposto de Renda - Corrente	(15)	-	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>9.440</b>	<b>2.067</b>	<b>2.067</b>
<b>Lucro por Ação:</b>	<b>0,481</b>	<b>0,105</b>	<b>0,105</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

### NOTA 05 - CLIENTES

	2021	2020
Clientes	8	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>-</b>
A vencer em até 30 dias	8	-
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>-</b>

Valores a receber são em R\$ (Reais).

### NOTA 06 - IMPOSTOS A RECUPERAR

	2021	2020
IRRF Retido	12	-
Pis/Cofins/CSLL Retidos	1	-
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>-</b>

### NOTA 07 - OUTROS CRÉDITOS

	2021	2020
Materiais Sobressalentes	71	-
Adiantamentos a fornecedores	1	-
<b>Total</b>	<b>72</b>	<b>1</b>

### NOTA 08 - ATIVO FINANCEIRO

	Ativo Financeiro
Custo	30.882
Ajuste ao Valor Presente	295
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>31.177</b>
(+) Adição	66.089
(-) Ajuste ao Valor Presente	(3.212)
<b>Saldo Final</b>	<b>100.478</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>96.971</b>
Ajuste ao Valor Presente	3.507
<b>Valor Líquido Contábil</b>	<b>100.478</b>
(+) Adição	37.141
(-) Ajuste ao Valor Presente	(11.774)
<b>Saldo Final</b>	<b>149.391</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>134.112</b>
Custo	134.112
Ajuste ao Valor Presente	15.279

### NOTA 11 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2021		Vencimento						Total		
Bco	Modalidade	Juros	Garantia	Em até 6 meses	De 6 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos
Banco do Nordeste	Financiamento	2,67% a.a. + IPCA	Ações da Cia.	-	3.840	4.236	4.656	5.112	63.023	80.867
<b>Total</b>				-	3.840	4.236	4.656	5.112	63.023	80.867

### NOTA 12 - OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2021	2020
Salários a Pagar	9	3
Encargos a Recolher	37	5
Provisão de Encargos	17	18
<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>26</b>

### NOTA 13 - OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2021	2020
IRPJ a Recolher	15	-
CSLL a Recolher	8	-
Pis a Recolher	1	-
Cofins a Recolher	3	-
INSS a Recolher	9	41
Pis/Cofins e CSLL a Recolher	6	9
ISS a Recolher Terceiros	5	46
IRRF a Recolher	4	10
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>106</b>

**NOTA 14 - OBRIGAÇÕES COM ACIONISTAS** O montante de R\$ 2.242 (R\$ 491 em 2020), refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios sobre o Lucro Líquido do exercício de 2021, aguardando aprovação da Assembleia Geral Ordinária. **NOTA 15 - OBRIGAÇÕES FISCAIS DIFERIDAS**

	2021	2020
CSLL Diferida	1.859	287
IRPJ Diferido	809	765
<b>Total</b>	<b>2.668</b>	<b>1.052</b>

**CN ENERGIA S.A.**  
**C.N.P.J./M.F. 07.018.663/0001-82**

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em milhares de Reais)**

	Nota	2021	2020		Nota	2021	2020
<b>CIRCULANTE</b>		<b>18.581</b>	<b>13.401</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.240</b>	<b>2.245</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	16.385	6.065	Fornecedores	8	143	72
Contas a Receber de Clientes	5	1.873	1.513	Obrigações Fiscais	9	299	198
Contas a Recuperar		191	120	Obrigações com Acionistas	10	1.798	1.975
Outros Créditos		132	1	<b>NÃO-CIRCULANTE</b>		<b>17.257</b>	<b>12.286</b>
Dividendos Antecipados		-	5.702	Provisão para Contingências	11	17.257	12.286
<b>NAO-CIRCULANTE</b>		<b>12.696</b>	<b>13.218</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	12	<b>11.780</b>	<b>12.088</b>
Imobilizado	6	12.676	13.206	Capital Social		6.130	6.130
Intangível	7	20	12	Reservas de Lucros		5.650	5.958
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>31.277</b>	<b>26.619</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>31.277</b>	<b>26.619</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADO (Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Lucros			Lucros à Disposição da Assembleia	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Total
		Retenção Lucros	Reserva p/ Contingências	Reserva Legal			
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>6.130</b>	<b>1.247</b>	-	<b>1.225</b>	<b>3.907</b>	-	<b>12.509</b>
Destinação de Lucros cfm AGO	-	3.804	-	-	(3.804)	-	-
Dividendos Complementares cfm AGO	-	-	-	-	(1.294)	-	(1.294)
Dividendos Complementares cfm AGE	-	(5.051)	-	-	-	-	(5.051)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	7.899	7.899
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(1.975)	(1.975)
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	-	-	5.924	(5.924)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>6.130</b>	-	-	<b>1.225</b>	<b>4.733</b>	-	<b>12.088</b>
Destinação de Lucros cfm AGO	-	4.733	-	-	(4.733)	-	-
Dividendos Complementares cfm AGO	-	-	-	-	(969)	-	(969)
Dividendos Complementares cfm AGE	-	(4.733)	-	-	-	-	(4.733)
Reserva para contingências cfm AGO	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	1.190	-	(1.190)	-	-
Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	7.192	7.192
Lucros à Disposição da Assembleia	-	-	-	-	5.394	(1.798)	(1.798)
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.130</b>	-	<b>1.190</b>	<b>1.225</b>	<b>3.235</b>	-	<b>11.780</b>

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS** A CN Energia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob nº 07.018.663/0001-82, e NIRE - Número de Identificação do Registro de Empresas sob nº 4330004446-7. Está sediada na Rua Piquiri, nº 829, Curitiba, Paraná. Com a Resolução Autorizativa nº 552, de 15 de dezembro de 2000, a ANEEL autoriza o aproveitamento de potencial hidráulico denominado PCH Carlos Gonzatto, e em 11 de novembro de 2005 com a Resolução Autorizativa nº 355, a ANEEL transfere para a CN Energia S.A. o direito de implantação, bem como do respectivo Sistema de Transmissão associado da PCH - Pequena Central Hidrelétrica Carlos Gonzatto, entrou em operação comercial em 01 de Abril de 2006 através do despacho 673 de 31 de março de 2006, para exploração do negócio de energia elétrica, conforme discriminado abaixo:

USINA	RIO	Capacidade Instalada (MW)	Data da Autorização	Data de Vencimento
PCH - Carlos Gonzatto	Turvo	8,55	15/12/2000	15/12/2030

Após o prazo da autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e, ainda, não amortizados. Estas demonstrações contábeis são apresentadas em reais que é a moeda principal das operações e ambiente em que a empresa atua, e representam a posição patrimonial e financeira da empresa, em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas operações realizadas entre 1º de janeiro de 2021 e 31 de dezembro de 2021. No dia 28 de março de 2022 foi concedida pela administração da empresa a autorização para emissão das demonstrações contábeis.

**NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** As demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, e conjugada com as orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 3.1 Ajuste de Resultado** A receita de venda de energia é reconhecida quando existe evidência confiável de que os riscos e benefícios inerentes à propriedade dos serviços prestados foram transferidos e/ou executados para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a empresa, de que os custos associados e os possíveis cancelamentos dos serviços possam ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os serviços vendidos, e de que o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita conforme as vendas são reconhecidas. O resultado é ajustado pelo regime contábil de competência. **3.2 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes** No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vinculados ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes. **3.3 Compensações Entre Contas** Como regra geral, nas demonstrações contábeis, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e está compensação reflete a essência da transação. **3.4 Caixa e Equivalentes de Caixa** São classificados como caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **3.5 Instrumentos Financeiros** A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros liverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes** São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro liverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado** Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem. A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (impairment). A CN Energia S.A. não opera com instrumentos derivativos. **3.6 Contas a Receber** As contas a receber estão registradas pelo valor de emissão atualizado conforme disposições legais e/ou contratuais ajustado ao valor provável de recebimento quando este for inferior. Não houve ajuste a valor presente em função dos valores a receber serem a curto prazo, e o efeito considerado como irrelevante. **3.7 Imobilizado** O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzidos da depreciação/reintegração que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Aneel. **3.7.1 Valor Recuperável de Ativos** A realização de testes de recuperabilidade dos ativos ocorre nos termos da Resolução CFC 1.255/09, que aprovou a NBC TG 1000, seção 27, sempre que houver indicações internas ou externas de que estes possam estar desvalorizados. O imobilizado é submetido ao teste de recuperabilidade para se identificar perdas por "impairment" anualmente ou quando eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o

valor contábil pode não ser recuperável. A perda por "impairment" é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Estes testes foram realizados de acordo com o a seção 27.12 da NBC TG 1000 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09 sendo adotada a metodologia de análise pelo valor de uso, com base na geração futura de caixa. O decreto nº 7.891, publicado em 23 de janeiro de 2013, que regulamentava a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, dispõe sobre redução dos encargos setoriais, a modalidade tarifária e as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica; assim como a Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, que altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com outras providências sobre o setor de energia elétrica, não se aplicaram a CN Energia S.A., devido à existência de contratos firmados com os seus clientes. **3.7.2 Custo Atribuído** Para fins de avaliação do imobilizado a geradora optou pela não aplicação do custo atribuído, considerando: (i) o método de custo, deduzindo de provisão para perdas; e (ii) o ativo imobilizado da geradora segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais, conforme resolução ANEEL 367/09 e alterações da Resolução 474/12 de 07 de fevereiro de 2012, consoante ao Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. **3.7.3 Depreciação / Reintegração** A depreciação/reintegração é calculada pelo método linear de acordo com as taxas constantes nas tabelas anexas às Resoluções ANEEL nº 02 de 24/12/1997 e de nº 44 de 17/03/1999, alteradas pela Resolução 367/2009 e alterações 474/12. **3.8 Intangível** O intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da amortização que é calculada de acordo com as taxas definidas pela Anel. **3.9 Passivos Circulante e Não Circulante** Os passivos estão registrados pelo seu valor estimado de realização, ajustados a valor presente quando aplicável, com base em taxas de desconto que refletem as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos destes passivos, e acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e provisões monetárias incorridas, em base "pro-rata" dia. **3.10 Provisões** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. **3.11 Regime de Tributação** O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente são calculados tomando por base as regras aplicadas às empresas cuja apuração está baseada no lucro presumido. **3.12 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis** A preparação de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Empresa baseie as estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas, na preparação das demonstrações financeiras são: (a) Provisão para perdas de liquidação duvidosa (PCLD); (b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; (c) Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis; e, (d) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da empresa. **3.13 Dividendos** A destinação para distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis da companhia ao final do exercício, a qual será levada para aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. **3.14 Mensuração do Valor Justo** A Companhia mensura instrumentos financeiros ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. - No mercado principal para o ativo ou passivo; e - Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível para a Companhia. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. As correspondentes divulgações ao valor justo de instrumentos financeiros e ativos não financeiros mensurados ao valor justo ou no momento da divulgação dos valores justos são resumidas nas respectivas notas. **NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2021	2020
Bancos Conta Movimento	905	1.036
Aplicações Financeiras (I)	15.480	5.029
<b>Total</b>	<b>16.385</b>	<b>6.065</b>

	2021	2020
Banco Itaú		
Renda Fixa	15.480	5.029
<b>Total</b>	<b>15.480</b>	<b>5.029</b>

**NOTA 05 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES** O saldo de Clientes no montante de R\$ 1.873 (R\$ 1.513 em 2020) refere-se a 100% de Notas Fiscais a Receber da Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras. Valores demonstrados em Reais. **NOTA 06 - IMOBILIZADO**

Terrenos	Edif. e Benf. Instalações	Máquinas e Equip.	Móveis e Utensílios	Reservatório Barragem	Total	
	2%	10%	5%	2%		
Em 31 de dezembro de 2019	1.158	6.294	8.781	39	5.024	21.296
Custo	(2.385)	(3.716)	(28)	(1.382)	(7.511)	
Dep. Acum. e Impairment	1.158	3.999	5.065	(11)	3.642	13.785
<b>Valor líquido</b>	-	-	11	-	11	-
Adições	-	(209)	(278)	(3)	(100)	(590)
Depreciação	-	3.700	4.798	8	3.542	13.206
<b>Saldo Final</b>	-	-	-	-	-	-

**Taxas de Depreciação**

	2021	2020
Lucro Líquido do Exercício	7.192	7.899
Constituição da Reserva Legal - 5% (a)	-	-
<b>Saldo</b>	<b>7.192</b>	<b>7.899</b>
Dividendo Mínimo Obrigatório - 25%	(1.798)	(1.975)
<b>Saldo de Resultado à Disposição da Assembleia</b>	<b>5.394</b>	<b>5.924</b>

**(a)** A constituição da reserva legal já atingiu os 20% do montante do Capital Social. **c) Reserva para Contingências** Aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 2021 a destinação do montante de R\$ 1.190 para Reserva para Contingências. **NOTA 13 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	2021	2020
Geração de Energia Elétrica	15.566	12.036
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>15.566</b>	<b>12.036</b>
(-) Pis	(101)	(78)
(-) Cofins	(467)	(362)
<b>(-) Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(568)</b>	<b>(440)</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>14.998</b>	<b>11.596</b>

**NOTA 14 - RESULTADO FINANCEIRO**

	2021	2020
Rendimentos de Aplicações Financeiras	671	183
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>671</b>	<b>183</b>
(-) Despesas Bancárias	(66)	(55)
(-) Despesas Financeiras	(66)	(55)
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>605</b>	<b>128</b>

**NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)** A administração considera que o montante da cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros em suas instalações. **NOTA 16 - IMPACTOS COVID-19** Em 11/03/2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou com pandemia a disseminação do novo Coronavírus (COVID-19), resultando no fechamento temporário das atividades econômicas não essenciais. A Companhia adotou todos os protocolos de prevenção, visando proteger a saúde e a vida de seus colaboradores. Ademais não houveram impactos relevantes durante o exercício de 2021 a serem destacados nessas demonstrações contábeis

Carlos de Loyola e Silva  
Diretor

Paulo Roberto Studzinski  
contador, CRC PR 064678/O-1

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE (Em milhares de Reais)**

	Nota	2021	2020
Receita Operacional Líquida		14.998	11.596
(-) Custos dos Serviços Prestados	13	(7.541)	(2.332)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>7.457</b>	<b>9.264</b>
Recargas (Despesas) Operacionais		(186)	(1.037)
Gerais e Administrativas		(86)	(85)
Outras Receitas e (Despesas)		(952)	-
<b>Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>7.271</b>	<b>8.227</b>
Resultado Financeiro	14	605	128
Receitas Financeiras		671	183
Despesas Financeiras		(66)	(55)
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social</b>		<b>7.876</b>	<b>8.355</b>
Imposto de Renda		(229)	(297)
Contribuição Social		(455)	(159)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>		<b>7.192</b>	<b>7.899</b>
Lucro por Ação:		1,17	1,29

As Notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2021
Custo	1.158	6.294
Dep. Acum. e Impairment	-	(2.594)
<b>Valor líquido</b>	<b>1.158</b>	<b>3.700</b>
Adições	-	25
Baixas	-	(2)
Depreciação	-	(210)
<b>Saldo Final</b>	<b>1.158</b>	<b>3.513</b>

**NOTA 07 - INTANGÍVEL**

	Softwares Em Andamento	Total
Taxas de Amortização		
Em 31 de dezembro de 2019	-	-
<b>Valor líquido</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
Adições	12	12
<b>Saldo Final</b>	<b>12</b>	<b>12</b>

	Em 31 de dezembro de 2020	Em 31 de dezembro de 2021
Custo	12	12
<b>Valor líquido</b>	<b>12</b>	<b>12</b>
Adições	12	12
<b>Saldo Final</b>	<b>20</b>	<b>20</b>

**NOTA 08 - FORNECEDORES**

	2021	2020
Fornecedores de Serviços	143	72
<b>Total</b>	<b>143</b>	<b>72</b>

**NOTA 09 - OBRIGAÇÕES FISCAIS**

	2021	2020
IRPJ e CSLL sobre o Lucro Presumido	148	57
PIS e Cofins - Regime Cumulativo	2	2
Impostos Federais Retidos	18	13
IRPJ e CSLL - Diferidos (a)	61	56
PIS e Cofins - Diferidos (a)	70	70
<b>Total</b>	<b>299</b>	<b>198</b>

(a) Foram diferidos os impostos de notas fiscais emitidas para a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. **NOTA 10 - OBRIGAÇÕES COM ACIONISTAS** Ao término do exercício de 2021, foram provisionados o montante de R\$ 1.798 (um milhão, setecentos e noventa e oito reais), atende ao estatuto a título de dividendos obrigatórios o qual está sendo encaminhado ao Conselho

**SOLO NETWORK BRASIL S.A.**  
CNPJ: 00.258.246/0001-68

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
(Em milhares de Reais)

Ativo	NE	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	NE	2021	2020
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	5	5.278	10.420	Fornecedores	12	61.902	50.157
Aplicações financeiras	5	15.877	21.145	Empréstimos e financiamentos	13	1.466	3.326
Contas a receber de clientes	6	57.148	30.293	Salários e encargos sociais	14	4.040	1.176
Estoques	7	7.544	4.329	Obrigações sociais e tributárias	15	2.714	1.190
Impostos a recuperar	8	116	207	Outras contas a pagar	16	1.465	2.318
Outras contas a receber	9	877	699			<b>71.587</b>	<b>58.167</b>
		<b>86.840</b>	<b>67.093</b>				
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos de capitalização		-	10	Empréstimos e financiamentos LP	13	456	674
Depósito judicial		33	101			<b>456</b>	<b>674</b>
Imobilizado	10	2.302	763				
Intangível	11	631	99	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	18	6.100	5.200
		<b>2.966</b>	<b>973</b>	Capital social		1.408	630
				Reservas de capital		10.255	3.395
				Reservas de lucros		<b>17.763</b>	<b>9.225</b>
		<b>89.806</b>	<b>68.066</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais)**

	Nota explicativa	2021	2020
Receita operacional líquida	19	378.494	238.683
Custos dos produtos vendidos	20	(325.305)	(205.808)
Resultado bruto		<b>53.189</b>	<b>32.875</b>
Despesas (receitas) operacionais			
Comerciais	21	(22.488)	(17.185)
Administrativas e gerais	22	(6.865)	(5.748)
Outras receitas operacionais		149	(139)
Lucro antes do resultado financeiro		<b>23.985</b>	<b>9.803</b>
Despesas financeiras	23	(5.064)	(6.923)
Receitas financeiras	23	4.393	2.347
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		<b>23.314</b>	<b>5.227</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social - corrente		(7.762)	(1.750)
Lucro do exercício		<b>15.552</b>	<b>3.477</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADO ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais)**

	2021	2020
Lucro do exercício	15.552	3.477
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<b>15.552</b>	<b>3.477</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de reais)**

	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais	<b>15.552</b>	<b>3.477</b>
Lucro líquido do exercício	351	296
Ajustes por:	272	-
Depreciação e amortização	16.175	3.773
Juros incorridos		
Aumento líquido/(diminuição) nos ativos e passivos		
(-/+)	(26.855)	3.574
Aumento líquido/(redução) de contas a receber	(3.215)	(2.379)
(-/+)	91	163
Aumento líquido/(redução) de estoques	(178)	633
(-/+)	10	-
Aumento líquido/(redução) de outras contas a receber	68	(90)
(-/+)	11.745	14.265
Aumento líquido/(redução) de títulos de capitalização	2.864	982
(-/+)	1.524	701
Aumento líquido/(redução) de depósitos judiciais	(853)	1.108
(-/+)	(273)	-
Aumento líquido/(redução) de fornecedores	1.103	22.730
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(2.439)	(315)
Baixa de imobilizado e intangível	17	18
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de investimentos	(2.422)	(297)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e financiamentos	1.054	4.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(3.131)	-
Aumento de capital	900	-
Lucros e dividendos pagos	(7.914)	(1.800)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos	(9.091)	2.200
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(10.410)	24.633
Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	31.565	6.932
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	21.155	31.565
(Redução)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(10.410)	24.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)**

	Capital social	Reservas legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>3.400</b>	<b>457</b>	<b>3.691</b>	-	<b>7.548</b>
Aumento de capital	1.800	-	(1.800)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.477	3.477
Constituição de reserva legal	-	173	-	(173)	-
Distribuição de lucros e dividendos	-	-	-	(1.800)	(1.800)
Constituição de reserva de lucros	-	-	1.504	(1.504)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>5.200</b>	<b>630</b>	<b>3.395</b>	-	<b>9.225</b>
Aumento de capital	900	-	-	-	900
Lucro líquido do exercício	-	-	-	15.552	15.552
Constituição de reserva legal	-	778	-	(778)	-
Distribuição de lucros e dividendos	-	-	-	(7.914)	(7.914)
Constituição de reserva de lucros	-	-	6.860	(6.860)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.100</b>	<b>1.408</b>	<b>10.255</b>	-	<b>17.763</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

João Paulo Costa Pereira  
Diretor Presidente - CPF 017.911.969-93

Zenilda Zanardini de Almeida  
Contadora: CRC 033421/O-2

"AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPLETAS DA SOLO NETWORK BRASIL S.A. RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2021, AUDITADAS PELA BDO RCS AUDITORES INDEPENDENTES SS - CRC 2 PR 006853/F-9, QUE EMITIRAM RELATÓRIO SOBRE ESSAS DEMONSTRAÇÕES, SEM RESSALVAS, DATADO DE 13 DE ABRIL DE 2022, ESTÃO DISPONÍVEIS NA SEDE DA COMPANHIA"

**AGROFLORESTAL PONTILHÃO S.A.**  
C.N.P.J. nº 93.796.894/0001-59 NIRE 41300090963

Companhia Fechada  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE 29 DE ABRIL DE 2022**

Ficam convocados os senhores acionistas da AGROFLORESTAL PONTILHÃO S.A. ("Acionistas" e "Companhia", respectivamente) para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, sob a forma exclusivamente digital e à distância, nos termos do § 2º-A do artigo 124 da Lei n. 6.404/1979 e da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN-DREI 81"), a ser realizada no dia 29 DE ABRIL DE 2022, às 10h30min, por meio da plataforma digital de reuniões SKYPE ("Assembleia" e "Plataforma Digital", respectivamente), a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; 2. examinar, discutir, deliberar e votar a Proposta da Administração ("Proposta") sobre os resultados dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021. **Informações Gerais:** 1. Os documentos do artigo 133 da Lei nº 6.404/1976 serão publicados na forma da Lei nº 6.404/1976 e estão disponíveis aos Acionistas no escritório de contabilidade Rozek & Cia, na Rua São Luiz, nº 60 - Centro, Santa Rosa - RS, 98780-186, telefone 55-3512.5033, e pela internet no Google Drive, no link: <https://drive.google.com/drive/folders/1nAd8AIBN4EKsXvw21wYlhnvC8nETl6IV?usp=sharing>. 2. A "Proposta", a documentação pertinente à Ordem do Dia, o Boletim de Voto à Distância ("Boletim"), o "Manual de Partição na Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022" ("Manual") e os demais documentos previstos pela IN-DREI 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na Assembleia estão disponíveis aos Acionistas pela internet no Google Drive por meio do link: <https://drive.google.com/drive/folders/1nAd8AIBN4EKsXvw21wYlhnvC8nETl6IV?usp=sharing>. 3. Considerando as recentes atualizações da pandemia de COVID-19 no Brasil, em razão das restrições à circulação e reunião de pessoas, a Assembleia será realizada à distância e de modo exclusivamente digital, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser: (a) via Boletim considerado válido pela sociedade; e (b) via plataforma digital de reuniões pela internet SKYPE, caso em que o Acionista poderá simplesmente participar da Assembleia, tenha ou não enviado o Boletim. O envio do Boletim por si só corresponde à participação do Acionista na Assembleia. A participação na Assembleia por Acionista que não enviar o Boletim somente se caracterizará com o efetivo acesso ao conclave pela via digital. Só será admitida a participação na Assembleia, via Boletim, a Acionista que apresentar cópia do seu documento de identidade pessoal e eventual procuração com documento de identidade do seu respectivo procurador em anexo ao Boletim. A participação do Acionista via assembleia digital só será admitida mediante apresentação do seu documento de identidade pessoal e eventual procuração com documento de identidade do seu respectivo procurador até 30 (trinta) minutos antes do horário de início do conclave, enviados ao e-mail [ago2021agroflorestalpontilhao@gmail.com](mailto:ago2021agroflorestalpontilhao@gmail.com) dentro do prazo retro, e mediante exibição dos documentos por ocasião da admissão ao sistema digital. 4. O detalhamento e as informações completas de como os Acionistas poderão votar à distância e participar da Assembleia estão disponíveis pela internet no Manual e no Boletim, acessáveis no Google Drive pelo link: <https://drive.google.com/drive/folders/1nAd8AIBN4EKsXvw21wYlhnvC8nETl6IV?usp=sharing>. 5. Em decorrência da IN-DREI 81, a Assembleia não será realizada em nenhum local físico, mas, outrossim, será considerada como realizada na sede da sociedade para todos os fins legais.

São Mateus do Sul (PR), 18 de abril de 2022.

Clóvis Luiz Büttenbender  
Diretor-Presidente

**CESBE PARTICIPAÇÕES S.A. | CNPJ/MF Nº 09.438.590/0001-03**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Na forma do art. 123, da Lei nº 6.404/76, ficam os senhores acionistas da CESBE PARTICIPAÇÕES S.A., convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 11h00 do dia 29 de abril de 2022, na sede da Companhia, localizada na Rua João Negrão, 2226, 1º andar, em Curitiba, Paraná, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar, nos termos do art. 134 da Lei n. 6.404/1976, as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) Fixar a remuneração global anual da administração para o exercício de 2022. Curitiba, 20 de abril de 2022. (as.) Jacqueline Iwersen de Loyola e Silva e Erik Alexander Jenichen.

**CESBE S.A. ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS**  
CNPJ/MF Nº 76.487.222/0001-42

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Na forma do art. 123, da Lei nº 6.404/76, ficam os senhores acionistas da CESBE S.A. ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS, convocados para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 09h00 do dia 28 de abril de 2022, na sede da Companhia, localizada na Rua João Negrão, 2226, em Curitiba, Paraná, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar, nos termos do art. 134 da Lei n. 6.404/1976, as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (ii) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) Fixar a remuneração global anual da administração para o exercício de 2022. Curitiba, 20 de abril de 2022.

Jacqueline Iwersen de Loyola e Silva - Diretora Geral

**IMÓVEL EM CURITIBA/PR**



**LEILÃO JUDICIAL**

Rua Prof. Rubens Elke Braga, n. 789 - Bairro Parolin

29/04/2022

ÁREA TOTAL 520 m²

1ª LEILÃO - 14h R\$ 914.687,04

2ª LEILÃO - 14h30min R\$ 457.343,52

OPORTUNIDADE DE PARCELAMENTO EM ATÉ 30X

Para mais informações, acesse o nosso site [www.dsleiloes.com.br](http://www.dsleiloes.com.br)



As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 25/04/2022

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: <https://www.diarioinduscom.com.br/conteudo/publicidade-legal>



**FAÇA SEU ANÚNCIO AQUI!**

**PUBLICIDADE LEGAL: EDITAIS, ATAS, BALANÇOS E FATOS RELEVANTES**